

**EMANCIPAÇÃO DO CURRÍCULO LOCAL NO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO:
desafios e potencialidades para a valorização da identidade cultural**

**EMANCIPATION OF THE LOCAL CURRICULUM IN ANGOLAN HIGHER
EDUCATION:
challenges and potential for the enhancement of cultural identity**

Eduardo David Ndombele¹

RESUMO

Este artigo investiga a emancipação do currículo local no ensino superior angolano, com foco nas implicações para a valorização da identidade cultural e a promoção da autonomia intelectual. O problema central reside na persistente dependência de modelos curriculares externos que não refletem adequadamente as realidades socioculturais e históricas de Angola, limitando a capacidade dos estudantes de se reconhecerem e se afirmarem no contexto acadêmico. O objetivo é analisar como a reestruturação do currículo pode promover uma educação mais contextualizada, contribuindo para uma formação crítica e emancipada. A importância desse estudo está na possibilidade de redefinir o papel do ensino superior como um agente transformador, capaz de superar as limitações impostas por currículos coloniais e adaptar-se às necessidades e aos desafios locais. A hipótese central é que a incorporação de conteúdos locais e a valorização das epistemologias africanas no currículo podem fortalecer o senso de pertencimento e autonomia dos estudantes, além de promover uma educação mais alinhada com os processos de emancipação social e política. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, baseada na análise documental de currículos universitários e entrevistas com educadores e alunos de universidades públicas e privadas. Os resultados preliminares indicam que há uma crescente demanda por um currículo que represente as realidades angolanas, embora existam barreiras estruturais significativas. Conclui-se que a emancipação curricular é possível, mas requer um compromisso institucional e político robusto.

Palavras-chave: Emancipação curricular; Identidade cultural; Ensino superior; Angola; Currículo local.

ABSTRACT

This article investigates the emancipation of the local curriculum in Angolan higher education, focusing on the implications for the enhancement of cultural identity and the promotion of intellectual autonomy. The central problem lies in the persistent reliance on external curricular models that do not adequately reflect Angola's socio-cultural and historical realities, limiting students' ability to recognize and affirm themselves in the academic context. The aim is to analyze how the restructuring of the curriculum can promote a more contextualized education, contributing to a critical and emancipated formation. The significance of this study lies in the potential to redefine the role of higher education as a transformative agent, capable of overcoming the limitations imposed by colonial curricula and adapting to local needs and challenges. The central hypothesis is that incorporating local content and valuing African epistemologies in the curriculum can strengthen students' sense of belonging and autonomy, as well as promote an education more aligned with social and political emancipation processes. The methodology adopted is a qualitative research approach, based on the documentary analysis

¹ Pós Doutor em Letras pela UBI – Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Professor pesquisador do Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge (Angola) E-mail: eduardondombele@gmail.com

of university curricula and interviews with educators and students from public and private universities. Preliminary results indicate a growing demand for a curriculum that represents Angolan realities, although significant structural barriers remain. It is concluded that curricular emancipation is possible but requires a robust institutional and political commitment.

Keywords: Curricular emancipation; Cultural identity; Higher education; Angola; Curriculum.

INTRODUÇÃO

Angola, localizada na parte austral de África, faz fronteira com as repúblicas do Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa ao norte, e com a Namíbia ao sul. Em 11 de novembro de 2025, o país celebrou 50 anos de independência, uma conquista histórica após 5 séculos de resistência às agruras da colonização portuguesa, que perdurou por 500 anos. Este longo período de subordinação colonial deixou marcas profundas na estrutura social e educacional do país, especialmente no sistema de ensino, que foi totalmente moldado pelo modelo português. O currículo escolar, durante e após a colonização, refletia as necessidades e os valores de um império distante, desconsiderando as especificidades culturais e históricas de Angola.

Com a independência, iniciou-se uma série de reformas educacionais. A primeira reforma educacional de 1977, implementada em Angola logo após a independência, constituiu um marco transformador no sistema de ensino, alinhando-se às diretrizes da nova Constituição e às resoluções do 1º Congresso do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Seu principal objetivo foi romper com o legado colonial, cujo acesso à educação era restrito e elitista, e construir uma escola pública, universal e ideologicamente orientada pelo marxismo-leninismo. A nacionalização das instituições de ensino até então eram controladas por missionários ou pelo Estado colonial português. Já a segunda Reforma curricular em Angola, implementada oficialmente a partir de 2021 pelo Ministério da Educação, visa modernizar o sistema educativo nacional frente aos desafios do século XXI e teve como principais objetivos alinhar o currículo às necessidades do desenvolvimento socioeconômico do país. A reforma procurou priorizar a formação de competências essenciais para o mercado de trabalho, o empreendedorismo e a inovação, visando preparar os alunos para os desafios profissionais e econômicos.

Além disso, a reforma deslocou o foco do ensino tradicional, baseado na memorização, para uma abordagem centrada em competências. Essa nova metodologia buscou promover o pensamento crítico, a resolução de problemas, a criatividade e a cidadania ativa, preparando os estudantes para se tornarem cidadãos mais engajados e adaptáveis. Outro ponto importante foi o fortalecimento do ensino técnico-profissional, com a integração transversal dessa área nos

diferentes ciclos de ensino, ampliando sua oferta e respondendo à crescente demanda por qualificação profissional no país. Essa estratégia visou proporcionar aos alunos habilidades práticas, essenciais para o desenvolvimento do país.

O currículo pode ser entendido como um conjunto de atividades planejadas, devidamente sequencializadas e metodologicamente ordenadas, que visam concretizar os objetivos educacionais de uma sociedade. Ele reflete conhecimentos, valores e atitudes essenciais para a formação dos indivíduos, sendo um instrumento de reprodução cultural que, ao mesmo tempo, permite aos alunos se desenvolverem ao recriarem e aplicarem o aprendizado em suas vidas. Esse conceito evidencia o currículo como uma experiência educacional que vai além da simples transmissão de conteúdos, sendo um processo dinâmico e adaptativo.

A terminologia "currículo local" não é amplamente utilizada, talvez devido à predominância das discussões em torno da harmonização curricular, o que trouxe à tona a necessidade de um currículo mais adequado às especificidades locais. Este estudo visa investigar o conceito de currículo local no contexto do ensino superior em Angola, destacando sua importância na construção de um sistema educacional que seja verdadeiramente representativo da identidade cultural e histórica do país.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem bibliográfica, com caráter descritivo e exploratório, voltada para a compreensão das dinâmicas do ensino superior em Angola. A pesquisa surge a partir de uma constatação direta e uma análise crítica do contexto educacional, que se reflete nas práticas pedagógicas e estruturais observadas no sistema universitário angolano. O objetivo principal é compreender as necessidades de adaptação curricular e as dinâmicas socioculturais no contexto educacional, levando em consideração as especificidades de Angola.

A metodologia foi organizada nas seguintes etapas:

Leitura e interpretação do corpus: Primeiramente, realizou-se uma leitura aprofundada da literatura relacionada ao tema, abrangendo conceitos fundamentais e teorias sobre o ensino superior, currículos e identidade cultural. Essa leitura envolveu uma análise crítica dos textos, buscando entender as principais tendências e lacunas nas abordagens curriculares existentes em Angola.

Seleção e análise de material bibliográfico: A pesquisa procurou identificar e analisar fontes bibliográficas que abordassem as particularidades do sistema educacional angolano, com ênfase na comparação entre os currículos importados e as propostas de adaptação local. Essa

análise foi realizada por meio de leituras, releituras e fichamentos, além de uma seleção criteriosa de trechos que possibilitassem uma discussão mais aprofundada sobre os desafios e as oportunidades de emancipação curricular.

Discussão e interpretação dos dados: A pesquisa utilizou uma abordagem reflexiva, combinando dedução, inferência e suposição, a fim de compreender como as políticas educacionais e os currículos influenciam a formação dos quadros no país. As discussões também abordaram como essas práticas impactam o desenvolvimento intelectual e cultural dos estudantes e o fortalecimento da identidade local dentro do ensino superior.

A abordagem bibliográfica, aliada à constatação direta da realidade do ensino superior angolano, permite que o estudo forneça contribuições significativas para o aprimoramento do currículo, promovendo uma educação mais integrada com o contexto social e cultural angolano. (Ndombele, 2025).

O Currículo Local no Ensino Superior em Angola

No contexto angolano, o currículo local no ensino superior ainda enfrenta grandes desafios relacionados à definição do que deve ser incluído ou excluído, especialmente quando se considera a diversidade cultural e as especificidades regionais do país. A definição de currículo local envolve a introdução de conceitos, hábitos, usos e costumes da região no processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de tornar o conteúdo mais relevante e conectado com a realidade dos estudantes.

O currículo local deveria ser composto por matérias de interesse regional, que abordem temas como cultura, história, economia local, educação de valores, ambiente, agropecuária, saúde e nutrição, e ofícios. No entanto, surge a questão de como e quando esses conteúdos podem ser oficialmente integrados ao currículo, especialmente considerando as práticas e os valores locais. O currículo, em sua essência, deve refletir as necessidades da comunidade e contribuir para o desenvolvimento de atitudes e práticas que sejam de fato relevantes para ela. (Castiano, 2006).

No entanto, no cenário educacional de Angola, a inclusão de tais conteúdos no currículo local precisa passar por um processo de legitimação, ou seja, a sua inclusão deve ser cuidadosamente analisada para garantir que esses conteúdos realmente atendam às necessidades do país, sem se desviar dos parâmetros estabelecidos pelas normas educacionais nacionais e internacionais. Esse processo envolve uma reflexão sobre o que deve ser realmente ensinado e quais temas, por questões políticas ou culturais, acabam sendo deixados de fora do currículo.

Entretanto, sabe-se que vários autores discutem os diferentes tipos de currículos: explícito, implícito e nulo. O currículo explícito é aquele formalmente definido, que se encontra nos documentos oficiais e é ensinado aos estudantes. O currículo implícito está relacionado com as atitudes e os valores que são transmitidos de maneira indireta, através das regras e dos comportamentos na escola. Já o currículo nulo se refere ao que é deliberadamente deixado de fora, e o que isso implica em termos de exclusão de determinadas formas de pensar e abordar temas. (Basilio, 2006).

Portanto, ao refletir sobre o currículo local em Angola, é crucial questionar o que tem sido excluído desse processo. A definição do que deve ou não ser incluído no currículo local não é apenas uma questão de escolha de conteúdos, mas também de exclusão de determinados pensamentos e abordagens. Essa é uma questão política e educacional que deve ser informada por uma agenda que busque um currículo mais justo, contextualizado e representativo das realidades angolanas, promovendo uma educação que seja verdadeiramente emancipada e alinhada com os desafios locais.

Normas Legislativas dos Currículos do Ensino Superior em Angola

Os decretos legislativos mais relevantes sobre o currículo do ensino superior em Angola são fundamentais para a estruturação e regulação do ensino nas instituições de ensino superior (IES), garantindo a qualidade e a harmonização dos cursos oferecidos. O Decreto Presidencial n.º 193/18 e o Decreto Presidencial n.º 310/20 desempenham um papel crucial na definição das normas curriculares e na coordenação do ensino superior, enquanto o Decreto n.º 90/09 confere autonomia às IES para o desenvolvimento de seus currículos.

Decretos Gerais:

- **Decreto Presidencial n.º 193/18:** Este decreto estabelece as *Normas Curriculares Gerais do Subsistema de Ensino Superior*, que definem os procedimentos para o planejamento, a organização e a implementação dos cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. O objetivo central desse decreto é melhorar a qualidade do ensino, da investigação e da extensão universitária, orientando as IES no desenvolvimento de cursos que atendam aos padrões acadêmicos exigidos, promovendo uma educação mais eficaz e relevante para o país.

- **Decreto Presidencial n.º 310/20:** Este decreto atribui ao Ministério do Ensino Superior a competência para aprovar as normas curriculares gerais, promovendo a harmonização dos planos de estudo e programas de curso em todas as instituições. Ao centralizar a aprovação das normas curriculares, busca-se garantir uniformidade e coerência na formação oferecida pelas diversas IES, respeitando, ao mesmo tempo, as especificidades regionais e institucionais.

Decretos Específicos:

- **Decreto n.º 90/09:** Este decreto garante às Instituições de Ensino Superior a *autonomia científica e pedagógica*, permitindo que cada instituição tenha liberdade para elaborar seus próprios currículos, planos de estudo e programas de ensino. Isso confere às IES a flexibilidade necessária para adaptar seus cursos às necessidades locais e às especificidades de seus alunos, promovendo a inovação acadêmica e o desenvolvimento de novas metodologias de ensino, sempre dentro das normas estabelecidas pelos decretos gerais.

Esses decretos representam um esforço significativo para garantir a qualidade, a relevância e a inovação no ensino superior em Angola, ao mesmo tempo que asseguram a autonomia das instituições para atender às demandas específicas de seus contextos.

Portanto, embora os decretos não abordem explicitamente a criação de currículos locais, especialmente no que se refere à inclusão de temas como cultura e identidade regional, as normas e a autonomia concedida às IES oferecem um caminho possível para que as instituições integrem esses conteúdos, respeitando as diretrizes gerais do sistema de ensino superior. A flexibilidade conferida pela autonomia pedagógica das IES no Decreto n.º 90/09 pode ser um ponto de partida importante para a construção de currículos mais contextualizados, que atendam às necessidades locais sem desconsiderar a qualidade e a uniformização exigidas pelos outros decretos.

Conceitos sobre Currículo e Desenvolvimento Curricular

Conforme Pacheco (1999), a área de currículo e desenvolvimento curricular configura-se como um campo de investigação consolidado, embora a interpretação do conceito de currículo permaneça um tema controverso. O desenvolvimento histórico do currículo tem uma

grande influência sobre as formas como ele é entendido nos dias atuais. Sua origem etimológica, derivada do verbo latino *currere*, sugere a ideia de caminho, trajetória ou itinerário, envolvendo a noção de sequencialidade e totalidade. Essas noções de percurso e evolução, tanto no sentido temporal quanto educacional, são fundamentais para compreender o papel do currículo na formação do indivíduo.

No final do século XIX, emergiram as principais tendências que, ao longo do século XX, se tornariam conflituosas no campo do currículo, refletindo as grandes preocupações sociais da época. À medida que o mundo avançava para a modernidade, questões relacionadas à educação começaram a assumir um papel central, desencadeando transformações profundas na sociedade. O crescimento contínuo da substância cultural e humana passou a caracterizar a educação naquele período, sendo a maior expressão de um momento de profundas mudanças sociais, políticas e econômicas. O desenvolvimento urbano e industrial trouxe consigo a necessidade de repensar o papel da educação, que passou a ser entendida como um meio essencial para promover o progresso global. O avanço científico e tecnológico desafiou os paradigmas educacionais e exigiu uma adaptação do currículo para atender às novas demandas da sociedade. (Calunga, 2018).

As definições mais comuns de currículo apontam-no como um conjunto de disciplinas ou conteúdos que orientam o que deve ser ensinado nas escolas. Outras abordagens definem currículo como um agrupamento de matérias, objetivos de aprendizagem, resultados desejados ou experiências oferecidas ao aluno sob a tutela da escola. A visão mais estruturada entende o currículo como um programa bem delineado de intenções pedagógicas, organizado com objetivos, conteúdos, atividades e procedimentos de avaliação, com o intuito de ser cumprido pelo aluno dentro do contexto escolar. Esse entendimento não vê o currículo apenas como um conjunto de conteúdos, mas como um guia estruturado para o desenvolvimento do aluno (Pacheco, 1999).

Conforme Calunga (2018), o currículo deve ser visto como a explicação do projeto educativo, incluindo suas intenções e o plano de ação subjacente às atividades escolares. Nessa perspectiva, o currículo vai além da simples organização de conteúdos e se configura como um instrumento estratégico que reflete as intenções pedagógicas e os objetivos a serem alcançados ao longo do processo educativo. Assim, o currículo se torna um instrumento que orienta a prática escolar, abordando não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a formação de atitudes e valores que serão fundamentais na construção do indivíduo.

Ao longo do tempo, o currículo foi sendo moldado por transformações sociais, culturais e econômicas, refletindo a necessidade de adaptação contínua da educação aos novos desafios.

No contexto contemporâneo, a discussão sobre a emancipação do currículo local surge como um desdobramento natural dessa evolução. Ela busca uma educação mais contextualizada, que valorize as particularidades culturais, sociais e históricas de cada região, sem perder a perspectiva de oferecer uma formação acadêmica que prepare o aluno para os desafios globais. Essa visão sugere que o currículo, além de ser um reflexo da sociedade, deve ser um agente ativo na transformação das realidades locais, promovendo uma educação crítica e emancipadora.

Currículo Local no Ensino Superior em Angola: O Caso dos Cursos de Formação de Professores

O currículo local no ensino superior em Angola, especialmente nos cursos de formação de professores, tem sido um tema relevante nas discussões sobre a adaptação da educação às realidades culturais, sociais e históricas do país. Nos Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED), que oferecem cursos de formação para futuros docentes, o currículo segue um modelo estruturado, com duração de quatro anos, divididos em dois períodos. Esse modelo visa proporcionar uma formação abrangente e diversificada para os alunos, preparando-os para lidar com as especificidades do sistema educacional angolano e as necessidades dos estudantes nas diversas regiões do país, essenciais para uma atuação pedagógica eficaz e contextualizada.

As áreas de formação incluem linguística, língua, literatura, metodologia de ensino e de investigação, prática docente, psicolinguística, sociolinguística, didática, pedagogia e, ao longo dos quatro anos de curso, os formandos adquirem conhecimentos em várias áreas do desenvolvimento curricular. Essas disciplinas são distribuídas ao longo dos anos do curso, permitindo que os estudantes desenvolvam uma base sólida tanto em teoria quanto em prática pedagógica, o que é fundamental para a construção de um currículo local relevante e eficaz.

Porém, no contexto angolano, a formação oferecida ainda enfrenta desafios quando se trata de adaptar o currículo às necessidades locais e regionais. As áreas de linguística, língua e literatura, por exemplo, têm se concentrado principalmente nas línguas oficiais, como o português, sem dar a devida atenção ao ensino e à valorização das línguas locais e suas culturas, que são elementos fundamentais na construção de um currículo local. A inclusão de disciplinas que abordem a diversidade linguística e cultural do país, com foco nas várias línguas nacionais, é uma área que precisa ser mais explorada, pois isso permitiria uma formação mais inclusiva e respeitosa das identidades culturais angolanas.

O curso também prevê a realização de um trabalho científico de fim de curso, que se configura como uma exigência do plano curricular. Esse trabalho permite que os alunos apliquem os conhecimentos adquiridos durante a formação, mas também pode ser uma oportunidade para explorar questões relacionadas à realidade educacional angolana e à construção de um currículo mais contextualizado. A produção de um trabalho científico voltado para as especificidades locais poderia, por exemplo, abordar os desafios enfrentados pelos professores em regiões periféricas, ou mesmo as estratégias pedagógicas mais eficazes para o ensino de múltiplas línguas em uma sociedade tão diversa.

Embora o currículo atual nos ISCEDs tenha uma estrutura abrangente, ele ainda precisa ser ajustado para garantir que as práticas pedagógicas e os conteúdos sejam sensíveis às questões locais e culturais. A adaptação do currículo ao contexto angolano é um passo crucial para a emancipação educacional no país, permitindo que os futuros professores se tornem agentes de mudança em suas comunidades, ao mesmo tempo que promovem uma educação que valorize as realidades e as identidades locais.

Em suma, a formação de professores no contexto angolano deve incorporar não apenas as metodologias e teorias pedagógicas universais, mas também um forte componente de ensino que respeite e valorize as particularidades culturais, linguísticas e sociais do país. A reflexão sobre o currículo local no ensino superior, especialmente em cursos de formação de professores, é essencial para garantir que o sistema educacional angolano seja verdadeiramente representativo e emancipador.

Proposta dos elementos a incorporar nos currículos locais

O currículo local nos cursos de formação de professores, especialmente no contexto angolano, deve incorporar componentes que respondam às especificidades culturais, linguísticas, sociais e históricas do país, além de atender às necessidades do sistema educacional e da sociedade em geral. A seguir, estão algumas das principais componentes que o currículo local deve considerar para uma formação mais contextualizada e eficaz:

1. Linguagem e Diversidade Linguística

- **Línguas Nacionais:** Angola é um país com uma enorme diversidade linguística, com mais de 9 grupos etnolinguísticos . O currículo local deve integrar o ensino dessas línguas para que os futuros professores possam ensinar de forma eficaz em

ambientes bilíngues ou multilíngues, valorizando as línguas locais e promovendo a inclusão linguística.

- **Português e Outras Línguas:** Embora o português seja a língua oficial, de acordo com o artigo 19 da Lei Constitucional de Angola, muitos alunos em Angola não falam a língua portuguesa em casa. O currículo local proposto deveria abordar métodos para o ensino de português como segunda língua e língua estrangeira bem como práticas que integrem as línguas nacionais no ambiente escolar.

2. Cultura e Identidade Local

- **História e Cultura Angolana:** É fundamental que o currículo inclua disciplinas e conteúdos que abordem a história e as culturas locais, garantindo que os professores possam transmitir aos alunos um conhecimento profundo sobre suas próprias raízes e tradições. Isso envolve não apenas a história colonial, mas também a luta pela independência, os movimentos sociais e os desenvolvimentos pós-independência.
- **Educação para a Cidadania e Valores Locais:** O currículo deve incluir componentes que promovam a educação cívica, com foco em questões sociais e políticas que impactam a sociedade angolana, como a inclusão social, igualdade de gênero, direitos humanos e justiça social. Isso também pode incluir práticas educacionais que fortaleçam a moral e os valores comunitários.

3. Prática Pedagógica Contextualizada

- **Metodologias de Ensino para Realidades Locais:** O currículo deve preparar os professores para lidar com as realidades específicas das salas de aula angolanas, muitas vezes caracterizadas por grande número de alunos, infraestrutura limitada e diversidade cultural. Isso inclui a formação em metodologias que promovam o ensino inclusivo e participativo.
- **Uso de Tecnologias no Ensino:** Considerando o crescimento do uso da tecnologia na educação, é importante que os futuros professores sejam capacitados para utilizar ferramentas tecnológicas de forma eficaz, especialmente em um contexto onde o acesso à tecnologia pode ser desigual.

4. Sociologia da Educação e Inclusão Social

- **Educação para a Inclusão Social:** Angola enfrenta desigualdades regionais significativas e desafios na integração de comunidades periféricas e rurais ao sistema educacional. O currículo deve incluir componentes de sociologia da educação que abordem como os professores podem trabalhar para incluir todos os alunos, independentemente de sua origem social, econômica ou étnica.
- **Educação e Desenvolvimento Sustentável:** O currículo deve considerar temas contemporâneos relacionados ao desenvolvimento sustentável, como a preservação ambiental, o uso de recursos naturais e a sustentabilidade. Isso é particularmente relevante em um país com grandes recursos naturais, mas também com desafios ambientais.

5. Prática Científica e Investigação

- **Metodologia de Investigação Educacional:** A formação de professores deve incluir disciplinas que capacitem os futuros docentes a desenvolver habilidades de investigação educacional. Isso envolve a realização de estudos e pesquisas que possam contribuir para a melhoria da educação no país, com foco em desafios locais, como o abandono escolar, a formação de professores e a adaptação do currículo às necessidades dos alunos.
- **Prática Docente em Contextos Locais:** Além das disciplinas teóricas, é essencial que o currículo de formação de professores inclua estágios e práticas docentes que aconteçam em escolas locais, permitindo aos alunos aplicar os conhecimentos adquiridos no contexto real das escolas angolanas.

6. Desenvolvimento Curricular

- **Adaptação do Currículo à Realidade Local:** O desenvolvimento curricular no ensino superior em Angola deve permitir que os formadores de professores possam adaptar os conteúdos e métodos de ensino de acordo com a realidade das escolas e comunidades em que irão trabalhar. Isso significa que, além de aprenderem currículos gerais, os futuros professores devem ser capacitados para personalizar o

ensino de acordo com as necessidades de seus alunos e o contexto em que estão inseridos.

- **Currículo Flexível e Adaptativo:** O currículo deve ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas necessidades educacionais de Angola e à evolução da sociedade. Isso inclui a atualização contínua do conteúdo e a capacitação dos professores para lidar com novas demandas da educação.

7. Aspectos Psicológicos e Sociais do Ensino

- **Psicologia Educacional:** O currículo deve incluir componentes que ajudem os futuros professores a entender o desenvolvimento psicológico dos alunos, além de estratégias pedagógicas para lidar com questões emocionais e sociais que possam impactar o aprendizado. Isso é especialmente relevante em um contexto pós-conflito, onde muitos alunos podem apresentar traumas psicológicos.
- **Atenção à Diversidade e Necessidades Especiais:** É importante que o currículo inclua formação em educação inclusiva, preparando os professores para lidar com alunos com necessidades especiais ou com diferentes capacidades cognitivas e emocionais.

8. Aspectos Práticos e de Avaliação

- **Avaliação Contextualizada e Participativa:** O currículo deve incluir formação sobre diferentes métodos de avaliação, enfatizando a avaliação contínua e participativa, adaptada às realidades locais. Isso implica em compreender como avaliar os alunos não apenas com base em provas, mas também através de projetos, apresentações e outras formas de avaliação que reflitam a diversidade de habilidades e conhecimentos dos estudantes.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a **Emancipação do Currículo Local no Ensino Superior Angolano** revela um problema central: a persistente dependência de modelos curriculares externos, que não refletem adequadamente as realidades socioculturais e históricas de Angola. Essa dependência limita a capacidade dos estudantes de se reconhecerem e se afirmarem no contexto

acadêmico, contribuindo para uma desconexão entre o que é ensinado nas universidades e o que é vivido nas comunidades locais. Esse distanciamento compromete o desenvolvimento de uma educação que verdadeiramente empodere os alunos, dificultando a formação de uma identidade crítica e emancipada.

O objetivo deste estudo foi analisar como a reestruturação do currículo pode promover uma educação mais contextualizada, permitindo uma formação mais alinhada com as necessidades e os desafios do país. A importância desse estudo está em sua capacidade de redefinir o papel do ensino superior como um agente transformador, que pode superar as limitações impostas por currículos coloniais e, assim, se adaptar às realidades locais. A adaptação do currículo ao contexto angolano tem o potencial de criar um sistema educacional mais inclusivo e representativo, capaz de refletir a diversidade cultural, histórica e social do país.

A hipótese central, que propõe a incorporação de conteúdos locais e a valorização das epistemologias africanas, se mostrou promissora. A pesquisa sugere que essa abordagem pode fortalecer o senso de pertencimento e autonomia dos estudantes, ao mesmo tempo em que promove uma educação mais alinhada com os processos de emancipação social e política em Angola. Os resultados preliminares indicam que há uma crescente demanda por um currículo que represente mais diretamente as realidades angolanas, mas também apontam para barreiras estruturais significativas, como a resistência institucional, a falta de formação adequada dos docentes e a escassez de recursos.

Em conclusão, a emancipação curricular no ensino superior angolano é possível e desejável, mas exige um compromisso institucional e político robusto. Para que essa mudança aconteça, será necessário um esforço coordenado entre as universidades, o governo e a sociedade civil, no sentido de garantir que o currículo não apenas prepare os alunos para o mercado de trabalho global, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e autônoma. Portanto, a discussão sobre o currículo local em Angola é urgente. A adoção de currículos importados pode continuar a fazer parte do sistema educacional, mas deve ser combinada com o fortalecimento do currículo local, que seja verdadeiramente representativo da sociedade angolana. Essa abordagem permitirá uma educação mais significativa e relevante, que prepare os alunos para os desafios globais, mas também os capacite a enfrentar as questões locais, promovendo uma educação de qualidade que impulse o desenvolvimento sustentável de Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. (2010). **Constituição da República de Angola**. 1ª Série do Diário da República, n.º 165, de 31 de agosto de 2010.

ANGOLA. Presidência da República. (2009). **Decreto n.º 90/09**. Garantia de autonomia científica e pedagógica às Instituições de Ensino Superior.

ANGOLA. Presidência da República. (2018). **Decreto Presidencial n.º 193/18**. Normas Curriculares Gerais do Subsistema de Ensino Superior.

ANGOLA. Presidência da República. (2020). **Decreto Presidencial n.º 310/20**. Atribuição de competências ao Ministério do Ensino Superior para aprovar as normas curriculares gerais.

BASILIO, G. (2006). **Os saberes locais e o novo currículo do ensino básico** (Mestrado em Educação/Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em convênio com a Universidade Pedagógica de Moçambique.

CALUNGA, W. (2018). **O currículo de formação de professores do ensino primário em Angola/Bengo: Desafios e perspectivas** (Dissertação de Mestrado em Supervisão Pedagógica). Universidade da Beira Interior, Portugal.

CASTIANO, J. (2006). O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: Estudo de caso nos distritos de Bárue, de Sussundenga e da cidade de Chimoio – Moçambique. **Revista E-Curriculum**.

NDOMBELE, E. (2025). **Metodologia de investigação científica: Metodologia de pesquisa científica**. Desafios actuais na elaboração de trabalhos de fim de curso. Educa Editors.

PACHECO, J. A. (1990). **Componentes do processo de desenvolvimento do currículo**. Livraria Minho.

PACHECO, J. A. (1996). **Currículo: Teoria e prática**. Porto Editora.